

Sr<sup>a</sup> Presidente eleita da IFLA  
Sr. Presidente da EBLIDA  
Sr<sup>a</sup> Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian  
Caros colegas  
Ilustres convidados

Sejam bem-vindos ao 11º Congresso da BAD

Este Congresso é o resultado de uma conjugação de vontades. Desde logo da nossa associação, da colaboração e generosidade de muitos colegas (de que destaco toda a comissão executiva que avaliou duas centenas de propostas de comunicações), assim como de instituições (de que foi o exemplo a adesão às actividades pré-congresso que decorreram ontem) e de empresas (os sponsors do Congresso).

Nesta conjugação foi determinante o acolhimento da nossa anfitriã, a Fundação Calouste Gulbenkian, aqui representada pela Dr<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia a quem agradecemos e expressamos a nossa satisfação por estar connosco neste dia, pela dupla condição de representar uma instituição que teve um papel pioneiro através do seu serviço de bibliotecas itinerantes e fixas (de que houve uma exposição este ano), e por lhe ter cabido a decisão há 25 anos, enquanto Secretária de Estado da Cultura, de criar a Rede de Leitura Pública, com a publicação do Decreto-lei 111/87 de 11 de Março.

É também com satisfação que temos nesta mesa inaugural os Presidentes de duas organizações internacionais de que a BAD é membro activo desde a sua fundação:

- a Dr<sup>a</sup> Snikka Sipila, da Finlândia, Presidente eleita da IFLA organização que tem dado um importante contributo para o desenvolvimento das bibliotecas e serviços de informação, de que certamente nos irá falar hoje;
- o Dr. Klaus-Peter Bottger (botguee), da Alemanha, Presidente da EBLIDA organização de âmbito europeu que amanhã irá realizar uma reunião do seu comité executivo aqui mesmo, em simultâneo com este Congresso

Chegámos ao primeiro dia deste Congresso, em que a BAD se empenhou a fundo para ir ao encontro das expectativas dos Profissionais, fazendo votos para que ele seja para cada um de vós um espaço de reflexão e debate sobre o presente e o futuro dos Arquivos e das Bibliotecas, face a um contexto de condicionalismos e exigências que desafiam conceitos, meios e soluções.

Esperamos que ele seja mais uma vez um momento de convívio, de reencontro de antigos e novos amigos, que possam encorajar-se mutuamente para melhor enfrentar em conjunto as actuais dificuldades que todos conhecemos.

Conscientes das expectativas geradas pela realização deste Congresso, não podemos deixar de sublinhar a importância destas iniciativas para reforçar a visibilidade da profissão, e que está bem presente nas várias centenas de participantes que aqui se reúnem e das mais de 200 propostas de intervenção, que a comissão científica se dispôs gentilmente a avaliar.



BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS  
**integração, acesso e valor social**



**11º CONGRESSO NACIONAL**  
18, 19 e 20 de Outubro  
Fundação Calouste Gulbenkian

OUT.  
2012  
LISBOA

Acreditamos que esta participação aqui manifesta contraria um certo sentimento de desânimo provocado pelas dificuldades actuais e de quase impotência em vencê-las, sabendo porém que para isso é indispensável a colaboração e a partilha com outras profissões de fronteira, para a criação de sinergias de que toda a comunidade possa beneficiar. Assim se justifica que a integração surja como um dos vectores principais do tema deste congresso. A integração, presente no tema deste Congresso, traduz assim o sentido mais profundo dessas sinergias.

É de facto, em torno da “Integração, Acesso e Valor Social”, que nos propomos fazer a nossa reflexão durante estes 3 dias, nos quais irão ser abordadas, e esperamos que amplamente debatidas, as questões que hoje marcam os serviços de Bibliotecas e de Arquivos portugueses.

Estes são, hoje mais do que nunca, plataformas privilegiadas para o acesso à informação e ao conhecimento, conjugando uma complexa realidade de factores humanos, materiais e tecnológicos para um exercício igualitário dos direitos e deveres sociais, cívicos e culturais.

Enquanto organizadores, mediadores e facilitadores de acesso (outra palavra chave), os profissionais de informação e documentação são o esteio essencial para potenciar o valor social da informação e o alcance estratégico que hoje assumem as tecnologias de informação pela sua capacidade de construir integração.

Na apresentação da estratégia da Comissão Europeia para fomentar o crescimento e o emprego nos sectores culturais e criativos, no passado dia 26 de Setembro, a Comissária Europeia da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, afirmou que, (e passo a citar) “os sectores culturais e criativos da Europa não são apenas essenciais para a diversidade cultural; o seu contributo é também muito importante para o desenvolvimento social e económico dos Estados-Membros e das regiões (fim de citação).

A gestão de sistemas e redes de informação é uma necessidade fundamental da qual dependem, cada vez mais, a sustentabilidade e resultados das instituições mas também a relevância e impacto dos serviços de informação que prestam e da permanência do património que gerem.

Neste âmbito é também importante sublinhar a problemática das infra-estruturas de informação que tem vindo a ser criadas na área dos arquivos e das bibliotecas, onde os profissionais e instituições investem na garantia da qualidade dos metadados, no uso de protocolos que permitem a interoperabilidade de sistemas, gerando assim serviços de informação que representam um valor acrescentado para as organizações e para a sociedade. No entanto, estas infra-estruturas carecem, para a sua sustentabilidade, do empenho das entidades competentes (e quando falamos em empenho não estamos a falar de vontade em realizar mas sim do investimento contínuo que estas infra-estruturas exigem).

Queremos sublinhar que as bibliotecas e arquivos possuem um património importantíssimo para os tempos que hoje estamos a viver, esse património é a confiança. Os utilizadores sabem que podem confiar nos serviços de informação portugueses, pois o seu profissionalismo e sentido de bem comum, confere-lhe uma robustez profissional que fomenta a confiabilidade entre os seus utilizadores.



associação portuguesa de  
**bibliotecários, arquivistas e documentalistas**



Apesar de esta confiança ser um facto, seria importante dar alguns passos em frente no sentido de (à semelhança do que acontece em países como o Reino Unido) utilizar a análise de custos (que todos conhecemos), não para evidenciar uma baixa relação custo/benefício, mas sim para favorecer a confiança depositada nesses serviços pelo cidadão, através da demonstração do impacto, decorrente da existência de bibliotecas e arquivos, na saúde, na segurança pública, na educação, no ensino e no emprego (e tivemos a oportunidade de ouvir um exemplo desse trabalho na conferência apresentada por Viv Bird, da iniciativa Booktrust, na Conferência do Plano Nacional de Leitura de 2011). O próprio Manifesto da IFLA de 2010, sobre as estatísticas das bibliotecas, dá pistas para esta mesma perspectiva.

O papel desempenhado pelas bibliotecas na promoção de hábitos de leitura, na disponibilização de ferramentas de investigação científica, no apoio ao desenvolvimento de sistemas educativos e na protecção e divulgação do património bibliográfico, tem sido uma alavanca para o desenvolvimento económico e social de Portugal.

Por isso consideramos que é urgente desenvolver uma acção concertada que permita não perder o investimento efectuado na construção da rede de bibliotecas públicas e na rede de arquivos, e que isso só é possível se for repensado e reformulado o modelo de intervenção da administração central, em função da conjuntura e de novos objectivos de intervenção, que acreditamos são possíveis mesmo neste contexto de contenção financeira. Até porque estes serviços de informação, de uma forma ou de outra, sempre conviveram de perto com as dificuldades na prossecução da sua missão na sociedade.

É verdade que nos confrontamos com factores críticos preocupantes, que afectam a prestação dos serviços das bibliotecas e dos arquivos, sendo que alguns afectam a qualidade dos serviços e outros colocam mesmo em risco a existência desses serviços e/ou a sua missão social e cultural:

#### A legislação relativa às carreiras da administração pública

cuja interpretação e implementação permitiu a abertura de procedimentos concursais que nem sempre salvaguardaram a especificidade do posto de trabalho e formação específica para os serviços de bibliotecas e arquivo (consultar a tomada de posição e carta aberta que estão nas pastas do Congresso).

#### A reorganização das instituições da administração pública com o objectivo da optimização

restricção e mesmo redução dos recursos humano, como factor de impacto negativo nas bibliotecas e arquivos, verificando a ocorrência de diversos casos em que os profissionais das bibliotecas e arquivos são substituídos por outros profissionais sem qualificação





BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS  
**integração, acesso e valor social**



**11º CONGRESSO NACIONAL**  
18, 19 e 20 de Outubro  
Fundação Calouste Gulbenkian

OUT.  
2012  
LISBOA

### O acesso à informação

Open Access, Direitos de autor e de comodato e Cópia privada, em cujo debate urge ter em conta a conjuntura aqui apresentada e a forma como essa afecta a prestação dos serviços de bibliotecas e arquivos, conjugada com o facto de não existir uma Lei de bibliotecas que garanta ao cidadão a existência desses serviços. A proposta da SPA de pagamento por parte do Estado, e a necessidade da criação de um sistema efectivo de cobrança, poderá resultar numa imputação dos custos ao do utilizador final, pondo assim em risco o direito de acesso à informação por parte do cidadão.

### As grandes alterações organizacionais da administração pública

A extinção e alteração de estruturas resultante da necessidade de “emagrecimento” da administração como fator de risco para a sobrevivência do arquivo dessas organizações extintas ou alteradas (apesar de trabalho meritório da extinta Direção Geral de Arquivos)

### O movimento de desmaterialização dos documentos relativos à administração pública

no âmbito da modernização administrativa e da e-governance, que veio sublinhar a importância dos Planos de preservação digital, sendo que a solução para esta questão é frequentemente depositada nos sistemas e serviços de informática, deixando de lado as preocupações e competência profissional assim como normativos técnicos de arquivo (apesar de trabalho meritório da extinta Direção Geral de Arquivos). E isso mesmo foi sublinhado nas conclusões do Encontro da Arquivos Municipais, organizado pela BAD em 2011.

No entanto, apesar de ser importantíssimo estar atentos a estes factores críticos, consideramos que temos que nos focar nas oportunidades, pois olhar numa perspectiva diferente é sempre potenciador de novas abordagens e novas formas de agir:

a criação de Comunidades intermunicipais, no âmbito da reforma da administração local – Lei 11/2003 de 13 de Maio, que pode perspetivar um acolhimento do pensamento de trabalho de cooperação, em rede ou simplesmente integrando diversas áreas de intervenção;

o movimento da Rede de bibliotecas escolares de incentivo à criação de rede concelhias de bibliotecas (que pretendem integrar bibliotecas municipais, escolares e universitárias).

e porque não, neste contexto, abrir uma janela de oportunidades pela abordagem legislativa – Lei de bibliotecas públicas- que se insira numa nova organização administrativa e territorial. Seguindo, embora tardiamente, o bom exemplo dos arquivos, que se iniciou com a publicação em 1993 do diploma que constituiu a base legal para a definição de uma política arquivística nacional.



associação portuguesa de  
**bibliotecários, arquivistas e documentalistas**



BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS  
**integração, acesso e valor social**



**11º CONGRESSO NACIONAL**  
18, 19 e 20 de Outubro  
Fundação Calouste Gulbenkian

OUT.  
2012  
LISBOA

A BAD enquanto associação profissional assume-se como o garante de oportunidades de dinamização dos serviços prestados pelos seus membros, e logo das instituições onde se inserem, colocando-os como um dos objectivos a perseguir sem hesitações.

Esse trabalho associativo tem que assentar no colectivo dos profissionais, e é com muita satisfação que aqui podemos hoje referir, o que está a ser desenvolvido pelos vários, quase em dezena, grupos de trabalho que se constituíram na BAD, e que apesar da sua diversidade, pretendem agir em conjunto, para atingir um desígnio comum.

Gostaríamos sobretudo que, esta perspectiva centrada nas oportunidades, permitisse reforçar a confiança e contribuísse para a promoção dessa cidadania responsável e responsabilizante, de que tanto se fala hoje em dia.

Desejamos que sejam proveitosas as oportunidades de reflexão que estão à sua disposição neste 11º Congresso.

Contamos com a sua activa participação nestes 3 dias.

Lisboa, 18 de Outubro de 2012

Maria Paula S. C. Alves dos Santos

Presidente do Conselho Directivo Nacional da BAD



associação portuguesa de  
**bibliotecários, arquivistas e documentalistas**